

-----**ACTA 16/2010**-----

-----**Da Reunião Ordinária de 5 de Julho de 2010**-----

-----Aos cinco dias do mês de Julho do ano de dois mil e dez nesta cidade de Almeirim e no Salão Nobre da Câmara Municipal de Almeirim, encontrando-se presente a Assistente Técnica, Teresa Isabel de Matos Alexandre, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara Municipal deste concelho, os Senhores:-----

-----Vice Presidente Pedro Miguel César Ribeiro e Vereadores Francisco Manuel Maurício do Rosário, José Carlos da Silva, Maria Emília Castelo Arsénio Botas Moreira, Maria de Fátima Rodrigues Pina Cardoso e José Manuel Aranha Figueiredo.-----

-----Sendo quinze horas assumiu a presidência o Senhor Vice Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----Não houve intervenção do publico presente na sala da reunião.-----

-----O Senhor Vice Presidente perguntou se algum dos Autarcas queria usar da palavra no Período Antes da Ordem do Dia. -----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo usou da palavra para dizer o seguinte:" Em primeiro lugar, em meu nome e em nome da CDU, gostaria de desejar as melhoras ao Senhor Presidente da Câmara, bem como o seu rápido restabelecimento, para voltar à sua actividade normal e de plena saúde. A segunda questão é, pedir ao Vice Presidente, que me faculte o texto relativo às atribuições e competências atribuídas aos técnicos da Autarquia, Senhores, arquitecto Sampaio, arquitecto Forte, Engenheiro Rocha Pinto, Engenheira Fátima Lopes e Engenheira Dominique Cardoso. Por ultimo, e relativamente às escolas do primeiro ciclo do Concelho, uma vez que é intenção do Governo encerrar algumas destas no País, e tendo já sido alvo de tratamento na ultima Assembleia Municipal, quero saber o que pretende a Câmara fazer em relação a este assunto. É verdade que há escolas que não têm

o mínimo de condições para se manterem abertas, pretendo esclarecimento de qual vai ser a atitude do Executivo perante esta circunstancia, vão mesmo ser tomadas medidas para se manterem abertas, ou vão ser fechadas"?-----

-----O Senhor Vice Presidente, disse que em primeiro lugar e naturalmente iria justificar a ausência do Senhor Presidente, devido a questões de saúde.-----

-----Em relação ao pedido do Senhor Vereador Aranha Figueiredo, disse que lhe será enviado a respectiva informação sobre a atribuição de competências dos técnicos, por ele solicitada.-----

-----No respeitante às escolas, informou que o Executivo fez saber à DREL, que enquanto os Centros Escolares não estiverem em pleno funcionamento, é intenção e posição da Câmara que as escolas do primeiro ciclo, onde os pais não concordam com o encerramento, se mantenham abertas. Frisou de novo que esta posição foi a que se fez chegar à DREL, e que neste momento a Autarquia está à espera de uma resposta.-----

-----O mesmo Autarca informou o restante Executivo, que desde a semana passada o serviço de Obras Particulares, tem um novo sistema de informação dos processos de obras aos particulares, ou seja, que para além da notificação via CTT, como é hábito e se irá manter, serão os interessados informados do ponto da situação dos respectivos processos, através de alertas de SMS e EMAIL, desde que hajam estas informações nos respectivos processos.-----

-----O Senhor Vice Presidente solicitou ainda ao restante Executivo que fosse aceite uma introdução à Ordem de Trabalhos desta reunião, relativa à apreciação e votação de proposta para abertura de concurso publico para aquisição na área dos seguros e deliberação a designar a CIMLT como representante do agrupamento da câmaras para concretização do procedimento, uma vez que na passada reunião do dia 07/06/2010, onde o assunto foi debatido não terem sido entregues todas as fotocópias necessárias para que a deliberação fosse completa para ser

entregue na CIMLT. Esclareceu que quando o assunto foi a sessão da Assembleia Municipal, já foram entregues todos os elementos necessários, para a sua votação. Todo o Executivo concordou com a introdução deste ponto.-----

-----Por ultimo o Senhor Vice Presidente, leu uma proposta de louvor que a seguir é transcrita:"O Projecto de Educação Tecnológica PET-21, é hoje uma realidade com consequências praticas. Com o inicio do programa piloto no ano lectivo 2007/08 foi possível criar as bases para o alargamento a todos os alunos do 1º ciclo no ano lectivo 2008/09 e lançar as bases para uma evolução sustentável, com a criação do projecto piloto PET 2º ciclo.-----

-----Fruto do trabalho abnegado de varias pessoas e entidades foi possível criar e consolidar este projecto único no País, cujos resultados se podem observar no gosto que os jovens têm ao aprender com as novas tecnologias.-----

-----Se é verdade que foi a autarquia a dar o primeiro passo, foi a adesão de toda a comunidade escolar que nos coloca no patamar que hoje nos encontramos.-----

-----Assim é justo reconhecer e louvar publicamente todos os professores envolvidos neste projecto, que numa época conturbada na área da educação estiveram sempre disponíveis, (a qualquer hora, fosse feriado, fim de semana ou dia útil) para as formações indispensáveis ao bom andamento do PET-21 e do PET 2º ciclo. É de realçar ainda que este foi um ano de grandes mudanças, onde vários docentes que tinham participado em anos anteriores mudaram de escola e de concelho e recebemos muitos outros para quem esta experiencia era uma realidade completamente desconhecida. Gostaríamos também de salientar o empenho de entreaajuda que existiu por parte dos dois Agrupamentos de Escolas, o de Febo Moniz e o de Fazendas de Almeirim, do CRIAL e do Centro de Competência TIC do Instituto Politécnico de Santarém.-----

-----Por ultimo uma referencia muito especial para o Dr. António Pisco e para a Professora Ana Lúcia Jogo, respectivamente

responsável, técnico e pedagógica, do PET 21, assim como aos coordenadores que nas sedes de Agrupamento permitiram o arranque do PET 2º ciclo.-----

-----Por tudo isto é justo e merecido um louvor desta autarquia a todos aqueles que tornaram este programa uma realidade de sucesso no ensino dos nossos jovens."-----

-----Esta proposta está assinada pelo Grupo do PS, na Câmara Municipal de Almeirim.-----

-----Posta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**OBRAS PARTICULARES**-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo dos despachos de deferimento da Arquitectura que fez, ao abrigo da delegação de competências: --

-----Getúlio de Abrantes Masgalos, quarenta e dois traço zero dois B de dois mil e nove.-----

-----PROJECTOS DE GLOBALIDADE - O Senhor Vice Presidente informou o Executivo Municipal dos despachos de deferimento na globalidade que fez, ao abrigo da delegação de competências:----

-----Bectricil - Construções Obras Publicas, S.A., dezanove de dois mil e dez.-----

-----**DELIBERAÇÕES DIVERSAS**-----

-----AQUISIÇÃO DE SEGUROS - Senhor Vice Presidente leu a seguinte proposta:-----

-----"Na sequencia da deliberação da Câmara Municipal de 07/06/2010 sobre: "Apreciação e Votação de Proposta para Abertura do Concurso Publico ao Abrigo do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro para a Aquisição na Área dos Seguros e Deliberação a Designar a CIMLT como Representante do Agrupamento de Câmaras para Concretização do Procedimento" que se constatou

estar incompleta, cumprindo o estipulado no artigo 83º da Lei 169/99, de 18 de Setembro com a redacção introduzida pela republicação com a Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, proponho que seja introduzido novo ponto na ordem de trabalhos desta reunião de 05/07/2010, que será o seguinte:-----

-----Apreciação e votação de autorização de despesa, bem como aprovar o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, decisão de contratar através do lançamento de Concurso Público com publicação de anúncio no JOUE, de nomeação dos membros do Júri do Procedimento, delegação de competências no Júri do Procedimento para a prestação de esclarecimentos na fase de concurso, decisão de integrar o agrupamento de entidades adjudicantes e por ultimo designar a CIMLT para efeitos de condução do procedimento de : Apreciação e Votação de Proposta para Abertura do Concurso Publico ao Abrigo do Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro para a Aquisição na Área dos Seguros e Deliberação a Designar a CIMLT como Representante do Agrupamento de Câmaras para Concretização do Procedimento".-----

-----Posta esta proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----De seguida foi pelo Senhor Vice Presidente presente a proposta do seguinte teor:-----

-----"CONCURSO PUBLICO TENDENTE À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS NA ÁREA DOS SEGUROS - O Senhor Vice Presidente leu a proposta a seguir transcrita:-----

-----Considerando que:-----

-----A aquisição de serviços na área dos seguros é fundamental para o funcionamento do Município;-----

-----Os serviços na área dos seguros representam, em termos financeiros, um custo relevante no Orçamento Municipal;-----

-----Os efeitos de economias de escala provenientes dos procedimentos promovidos pela CIMLT têm permitido gerar poupanças para o Município em diversas áreas;-----

-----O Município integrou um procedimento lançado pela CIMLT em

conjunto com outros Municípios, com vista à aquisição de serviços na área dos seguros, no ano de 2006, do qual resultaram óbvios benefícios nesta área.-----

-----1 - Propõe-se a aquisição de serviços na área dos seguros, nos seguintes ramos: Automóvel, Acidentes Pessoais, Acidentes de Trabalho, Responsabilidade Civil e Multirriscos.-----

-----2 - Para esse efeito, com fundamento na alínea b) do nº 1 do artigo 20º do Código dos Contratos Públicos (aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro), propõe-se a abertura de procedimento de concurso publico, com publicação de anuncio no JOUE, estimando-se para este Município o valor de 342.788,49€ à qual acresce i IVA à taxa legal em vigor, a satisfazer pela dotação da rubrica orçamental SO/020212, prevendo-se um valor de realização financeira de 38.086,94€ no ano de 2010, de 114.260,83€ no ano de 2011, de 114.260,83€ no ano de 2012 e de 76.173,89€ no ano de 2013 para cuja a repartição de encargos se pede autorização à Assembleia Municipal. A duração do contrato será de 36 meses. O preço base do procedimento será de 4.300.000€ (valor estimado para o conjunto das entidades).-----

-----3 - Para a condução do procedimento, propõe-se a designação do seguinte Júri:-----

-----Mariana Melo (presidente);-----

-----Sónia Serra (vogal efectivo);-----

-----Carla Fonseca (vogal efectivo);-----

-----Natasha Oliveira (vogal suplente);-----

-----Ana Garcia (vogal suplente).-----

-----4 - No que se refere aos esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais e para a pronúncia sobre erros e omissões identificados pelo interessado, propõe-se a delegação de competências no Júri, ao abrigo do disposto no artigo 109º do CCP.-----

-----5 - Propõe-se ainda que, para a aquisição dos serviços em apreço, e com fundamento na alínea a) do nº 1 do artigo 39º do CCP, o Município de Almeirim integre um Agrupamento de entidades adjudicantes, a constituir, formado pelas seguintes entidades:

Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo; Município de Alpiarça, Município da Azambuja; Município de Benavente; Município do Cartaxo; Município da Chamusca; Município de Coruche; Município da Golegã; Município de Rio Maior; Município de Salvaterra de Magos; Município de Santarém e AR - Aguas do Ribatejo, EM.-----

-----6 - Para efeitos de condução do procedimento propõe-se que seja designada a Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo como representante do agrupamento de entidades adjudicantes.----

-----7 - Propõe-se ainda a aprovação das peças do procedimento, em anexo".-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade e minuta.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM - O Senhor Vice Presidente, pediu a presença do Senhor Arquitecto António Forte, para prestar os esclarecimentos necessários para a proposta que apresentou e abaixo transcrita:-----

-----"Atendendo à necessidade de ir actualizando os nossos regulamentos municipais.-----

-----Atendendo ao facto de ser positivo que estes sejam o mais semelhantes possíveis com as autarquias vizinhas. Sendo de realçar que este RMUE é o resultado de meses de trabalhos, de vários técnicos, de vários municípios da CIMLT, de forma a harmonizar as disposições legais e os procedimentos a tomar pelas diversas câmaras.-----

-----Atendendo ao exposto, proponho a análise e aprovação do RMUE do concelho de Almeirim, para posterior inquérito público."-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que este Projecto de Regulamento foi elaborado pelos Técnicos que fazem parte CIMLT, de diversas Câmaras, e que acharam útil a realização de um regulamento municipal igual para todos. Que o objectivo do

Regulamento é que as pessoas não sejam confrontadas com situações diferentes, e que neste espaço da lezíria a realidade fosse única.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse ter alguns comentários a fazer, relativamente à leitura que fez do documento. O primeiro relativo à escassa relevância de obras urbanísticas, que ao se pretender fazer simples alterações, este facto não consta do regulamento. A segunda questão tem a ver, e mencionou a página dezasseis do Regulamento, o porquê de modos diferentes de proceder, relativamente a obras efectuadas antes de 1 de Março de 1990 para alguns concelhos e 11 de Dezembro para os restantes. Salientou que apesar do Regulamento ser genérico, deve ser adaptado a cada concelho. Relativamente às taxas, disse que estas devem ser uniformizadas e comuns a todos.-----

-----O Senhor Arquitecto António Forte, referiu que ao longo dos vários meses se estudaram vários regulamentos, e que seria absurdo repetir num regulamento municipal, o que já consta da lei geral, era intenção fazer o regulamento simples e conciso, e tentar não aludir à lei já existente. Disse que efectivamente foi abordada a questão das coberturas, e que sendo estas obras de manutenção, são isentas do controlo da câmara.-----

-----Em relação ao segundo ponto disse o Senhor Arquitecto que na verdade se devia ter feito uma adaptação, a qual não foi feita, porque é um assunto para voltar a ser discutido em profundidade. Que nunca houve legislação para este tipo de obras. Disse que da parte dos técnicos deve haver flexibilidade e bom senso, e que as legalizações devem ser feitas desta forma, e que por exemplo em Coruche as legalizações são feitas de acordo com a lei geral. Por fim disse que foi entendimento técnico, não beneficiar quem faz obras clandestinas. -----

-----O Senhor Vice Presidente referiu que as opiniões não são taxativas, e há juristas que interpretam de maneira diferente, logo para ser igual para todos, deve haver um parecer comum a todos.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, concordou reconhecer ser difícil adaptar uma obra com vinte ou trinta anos, à lei de hoje, que deve ser dada uma tolerância, por exemplo à anos atrás não se falava de gás canalizado, mas que isto não invalida o que já foi referido atrás por ele, mais, reforçou a ideia de que não concorda que se remeta para a lei geral a questão das coberturas, e que todas as questões devem constar em regulamento apesar de existir uma lei geral.-----

-----O Senhor Vice Presidente esclareceu que o regulamento não sobrepõe a lei geral, e que tem que especificar algumas questões. Com o número de alterações que se fazem à lei vigente, corre-se o risco de quando o regulamento for enviado para a Assembleia Municipal, passados quinze dias se volte a ter que alterar o regulamento. O Senhor Vereador Aranha Figueiredo disse que com este ou outro regulamento qualquer, se corre sempre o mesmo risco. O Senhor Vice Presidente mencionou que ficam estas preocupações, e que se vai esperar pelo inquérito publico.-----

-----Por fim, o Senhor Arquitecto sugeriu que para não se alterar a redacção, se possa colocar uma nota final de esclarecimento.-----

-----Posta esta proposta a votação, foi aprovado por unanimidade sujeitar o regulamento a inquérito publico.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE APROVAÇÃO DE RELATÓRIO FINAL DA EMPREITADA DE "REQUALIFICAÇÃO DO CENTRO CIVICO DE ALMEIRIM - PARQUE DESPORTIVO MUNICIPAL" E CONSEQUENTE ADJUDICAÇÃO À EMPRESA ECOEDIFICA, AMBIENTE E CONSTRUÇÕES, S.A., PELO VALOR DE 335.603,53€.-----

-----O Senhor Vice Presidente apresentou a proposta do seguinte teor:"Na sequência do Relatório Final apresentado pelo Júri de Procedimento, e em cumprimento do artigo 148º, nº 4, do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na redacção introduzida pelo D.L. nº 278/2009, de 2 de Outubro, conjugado com a alínea q) do nº 1 do artigo 64º da

Lei 169/99, de 18 de Setembro na redacção introduzida pela Lei 5- A/2002, de 11 de Janeiro, proponho a aprovação do presente Relatório, bem como, a consequente adjudicação da empreitada "Requalificação do Centro Cívico de Almeirim - Parque Desportivo Municipal", ao empreiteiro Ecoedifica, Ambiente e Construções S.A., na sua proposta pelo valor de 335.603,53€."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo questionou se esta proposta é só para o campo de jogos, ao que o Senhor Vice Presidente respondeu que se destina à requalificação da parte envolvente do Pavilhão bem como para o seu interior.-----

-----Esta proposta foi aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ADESÃO À SEMANA EUROPEIA DE MOBILIDADE 2010 - O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:"Atendendo ao sucesso que têm sido as ultimas Edições da Semana Europeia da Mobilidade no nosso Concelho;-----

-----Atendendo a que esta participação tem resultado em várias medidas permitindo que tenha melhorado a nossa mobilidade;-----

-----Atendendo ao exposto, proponho que a Autarquia adira à SEM 2010."-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, referiu que seria interessante vir anexo o respectivo programa, ao que o Senhor Vice Presidente informou que ainda não foi enviado e que o Ministério ainda não mandou a ficha de inscrição, e que também está em falta a indicação da Coordenação Nacional.-----

-----Posta a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----APRECIAÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE RECTIFICAÇÃO DA TOMADA DE DELIBERAÇÃO SOBRE O PROCEDIMENTO DISCIPLINAR, CONTRA CÉLIA CRISTINA LOPES SANTOS, COM A DEVIDA FUNDAMENTAÇÃO E EFICÁCIA RETROACTIVA, DE FORMA A SUPRIR A IRREGULARIDADE VERIFICADA NA MESMA - Foi presente a proposta relativa ao assunto acima

mencionado, pelo Senhor Vice Presidente, do seguinte teor:"Considerando que:-----
-----Na acta da reunião da Câmara Municipal de Almeirim, relativa ao processo disciplinar instaurado contra a arguida Célia Cristina Lopes Santos, datada de 15 de Fevereiro de 2010 e ratificada por minuta datada de 1 de Março de 2010 foi deliberado, por votação secreta, aplicar a sanção de despedimento à trabalhadora arguida, no âmbito daquele processo disciplinar;-----
-----Da referida acta, não consta a fundamentação da decisão tomada, o que constitui omissão de uma formalidade essencial;---
-----A deliberação em causa foi alvo de impugnação judicial, no Tribunal Administrativo e Fiscal de Leiria, correndo termos com o nº 962/10.0 BELRA, decorrendo o prazo para a respectiva contestação;-----
-----Torna-se necessário suprir aquela omissão e irregularidade da deliberação, pelo que, nos termos do disposto nos artigos 90º, 90º nº 3 e 5, 64º nº 7, alínea d) da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, artigo 55º, nº 1 da Lei nº 58/2008, de 9 de Setembro e artigos 136º, 137º nº 2, 138º, 141º nº1, 142º nº2, 143º, 144º, 145º nº 2, do Código do Procedimento Administrativo e artigo 64º nº1 do Código do Procedimento dos Tribunais Administrativos, proponho, com eficácia retroactiva, que seja tomada uma deliberação sobre o referido procedimento disciplinar com a devida fundamentação, de forma a suprir a irregularidade verificada nessa mesma deliberação."-----
-----Relativamente a este assunto, o Senhor Vice Presidente esclareceu que depois do mesmo ter sido discutido em reunião anterior, na deliberação final deveriam ter sido mencionados os fundamentos da decisão, o que não aconteceu. Referiu que a presente deliberação visa sanar esta omissão.-----
-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, disse que para estar correcto, a proposta se deveria ler:"(...)sobre o referido procedimento disciplinar com a devida fundamentação constante no

relatório final para onde se remete, de forma a suprir a irregularidade verificada nessa mesma deliberação".-----

-----Disse o mesmo Autarca que continua a faltar a fundamentação para que seja tomada a deliberação.-----

-----A Senhora Vereadora Fátima Cardoso, esclareceu que o que está em falta na deliberação, é a fundamentação constante no Relatório Final.-----

-----Por não ter havido mais discussão acerca do assunto, o Executivo concordou que a fundamentação de decisão é a constante no Relatório Final, o qual a seguir se transcreve:-----

-----"A arguida faltou ao serviço, no período compreendido entre os dias 02/02/2009 a 09/02/2009;-----

-----A arguida faltou ao serviço no período compreendido entre os dias 20/03/2009 a 27/03/2009;-----

-----Em ambos os períodos, a arguida não apresentou qualquer justificação para as faltas dadas;-----

-----Com esse comportamento, a arguida violou os deveres de zelo e assiduidade no seu local de trabalho, nos termos do artigo 3º, nº 2, alíneas e) e i) da Lei nº 58/2008, de 09/09, violando dessa forma o artigo 18º, nº 1, alínea g) por ter dado 5 faltas seguidas em dois períodos de tempo distintos (02 a 09/02/2009 e 20 a 27/03/2009), e 12 faltas interpoladas sem qualquer justificação, sendo a sanção para o comportamento da arguida a aplicação da pena de despedimento, prevista no artigo 18º, nº 1, alínea g), com os efeitos previstos no artigo 10º, nº 6 e 11º, nº 4, todos do Estatuto Disciplinar, que se traduzem na pena de despedimento, uma vez que os factos apurados se subsumem no disposto nestes artigos supra referidos;-----

-----Não se verificaram quaisquer circunstâncias atenuantes especiais, previstas no artigo 22º;-----

-----Não se constatou qualquer facto com relevância para o disposto no artigo 23º;-----

-----Apuraram-se e verificam-se contra a arguida, circunstâncias agravantes especiais, previstas no artigo 24º, nº 1, alíneas b) e c), na medida em que a arguida quis faltar, não justificou

faltas, nem avisou a entidade patronal de que iria faltar, mesmo sabendo previamente que o iria fazer, o que revelou premeditação na infracção disciplinar e a produção efectiva de resultados prejudiciais à sua entidade patronal, uma vez que a entidade patronal teve de afectar outros funcionários (cerca de 3) para desempenhar as suas funções".-----

----Posta a proposta a votação e por escrutínio secreto, foi a mesma aprovada com cinco votos a favor e um voto em branco. Esta proposta foi aprovada em minuta.-----

-----ALIENAÇÃO DE IMÓVEL - Foi presente o requerimento de Sérgio Fernando Botas Policarpo, residente na Urbanização do Alqueve, lote 140, nº 14, em Cortiços, a solicitar que lhe seja passada declaração relativa à hipoteca a autorizar, para fins de financiamento, a alienação do imóvel antes de decorrido o prazo de inalienabilidade, em caso de execução de dívida relacionada com o empréstimo de crédito hipotecário.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo chamou a atenção para o facto, que depois desta autorização, hajam mais moradores a solicitarem a libertação do ónus.-----

-----O Senhor Vice Presidente disse que a libertação do ónus, é só em caso de execução da dívida.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade autorizar o pedido.-----

-----DIREITO DE PREFERENCIA - O Senhor Vice Presidente apresentou três de pedidos de emissão de certidões de eventual uso do direito de preferência por parte da Autarquia. Informou que atendendo à urgência por parte dos requerentes, por terem escrituras marcadas, despachou os referidos requerimentos, sendo presentes a reunião para ratificar.-----

-----Um - Cacilda Maria Lúcio, residente na Rua Dr. Ernestino Conceição Rodrigues, número 11, 1º esquerdo, em Almeirim.-----

-----Deliberado ratificar o pedido.-----

 -----Dois - Construções Martinho Cruz, Lda, Rua Dr. Maldonado, loja 6, localizada na Travessa Lourenço de Carvalho, nº 16, em Almeirim.-----

-----Deliberado ratificar o pedido.-----

-----Três - Maria Guilhermina Martins Magalhães, Praceta Publica da Urbanização Vinha do Santíssimo, bloco 32, 2º esquerdo, em Almeirim.-----

-----Deliberado ratificar o pedido.-----

-----SANTEIRIM - Associação do Desporto Veterano - A Câmara tomou conhecimento da carta da Associação, a agradecer o apoio prestado pela Câmara, quando da realização do Torneio Santeirim.-----

-----ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL DE BENFICA DO RIBATEJO - Presente a carta da Associação, a requerer apoio financeiro para pagamento de honorários e despesas à Arquitecta contratada para proceder ao Projecto de Arquitectura, referente a legalização e ampliação de lar de 3º Idade, no valor de 1766.00 euros, conforme declaração da Arquitecta anexa à carta.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, questionou se o projecto se encontra em condições de ser aprovado, para não se correr o risco da Câmara estar a pagar, e o projecto não ser aceite.-----

-----O Senhor Vice Presidente respondeu que está todo o processo entregue, e está tudo conforme.-----

-----O Executivo deliberou por unanimidade pagar o valor acima mencionado.-----

-----JUNTA DE FREGUESIA DE FAZENDAS DE ALMEIRIM - Presente o pedido de apoio financeiro da Junta de Freguesia, para despesas inerentes às comemorações da elevação de Fazendas de Almeirim a

Vila. O valor mencionado, relativo a pagamento de artistas e fogo de artifício, importa em 7.800 euros.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, apoiar com o valor de 5.850 euros.-----

-----PAGAMENTO DE FACTURA DE AGUA - Presentes os recibos da Empresa Aguas do Ribatejo em dívida, em nome de José Manuel Cunha Almeida, residente na Rua Dr. Joaquim G. Isabelinha, nº 17-2º esqº, em Almeirim, habitação esta que é propriedade da Autarquia, sendo o valor total dos recibos por pagar de 280,50€.

-----A Câmara deliberou por unanimidade, proceder ao pagamento do valor acima indicado.-----

-----ACÇÃO SOCIAL - Foi presente o pedido de Maria dos Anjos Moreira Guilherme, residente na Rua das Cancelas, nº 20 A, em Almeirim, a solicitar apoio para pagamento de óculos, no valor de 282,80€, conforme documento anexo ao pedido. O pedido está devidamente contextualizado pelo Gabinete de Acção Social da Autarquia.

-----A Câmara deliberou por unanimidade pagar o valor de 197,96€, para apoio ao pagamento dos óculos.-----

-----TOPONIMIA - Presente o ofício da Junta de Freguesia de Fazendas de Almeirim, a solicitar que seja homologado a atribuição de topónimo de Rua António Coelho, à Rua que liga a Estrada Velha dos Paços à Rua de S. Bento, em Fazendas de Almeirim.

-----O Executivo deliberou por unanimidade homologar.-----

-----ACTAS - Tendo sido previamente distribuída a acta de 21 de Junho de 2010, foi a mesma sujeita a alterações, pelo que não houve aprovação de nenhuma acta.-----

-----O Senhor Vereador Aranha Figueiredo, voltou a frisar o assunto do encerramento das escolas e pediu informação mais detalhada sobre o assunto, questionou se no caso de não haver acordo dos pais, basta para que as escolas se mantenham abertas.-----

-----O Senhor Vice Presidente reafirmou qual a posição da Câmara perante a DREL, e que também será tida em consideração a posição dos pais.-----

-----SENHAS DE PRESENÇA - Foram comunicadas à Repartição de Recursos Humanos da Autarquia, as presenças dos Senhores Vereadores na presente reunião de Câmara, para pagamento das senhas de presença.-----

-----Às dezasseis horas e dez minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____,
Assistente Técnica desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Vice Presidente.-----

O Vice
Presidente da Câmara

A Assistente Técnica
